

Regime Jurídico da pinha de pinheiro- manso

(outubro de 2015 a agosto de 2016)



Nota informativa n.º 2

Divisão de Apoio à Produção Florestal e Valorização de
Recursos Silvestres



Lisboa, maio 2016

Título: Regime jurídico da pinha de pinheiro-manso

Edição: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP

Autor: Divisão de Apoio à Produção Florestal e

Valorização de Recursos Silvestres

Texto: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP

Imagens: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP

Edição: 04 de novembro de 2016

ÍNDICE

| | | |
|----------|---|----|
| 1. | OBJETIVO..... | 5 |
| 2. | ENQUADRAMENTO | 5 |
| 2.1. | IMPORTÂNCIA DO PINHEIRO-MANSO NO PAÍS | 5 |
| 2.2. | REGIME JURÍDICO..... | 6 |
| 3. | SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA PINHA (SiP) | 8 |
| 3.1. | FUNCIONALIDADES | 8 |
| 3.2. | PONTO DA SITUAÇÃO..... | 9 |
| 3.2.1. | REGISTO DE OPERADOR ECONÓMICO DA PINHA | 9 |
| 3.2.2. | COMUNICAÇÕES PRÉVIAS/DECLARAÇÕES DE PINHA | 13 |
| 3.2.2.1. | EMISSÃO DAS DECLARAÇÕES DE PINHA | 13 |
| 3.3 | EXTENSÃO DO PERÍODO DE COLHEITA | 22 |
| 3.4 | EVOLUÇÃO NO PERÍODO (maio 2016-agosto 2016) | 24 |
| 3.5 | AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO..... | 25 |
| 4 | NOTAS FINAIS..... | 27 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1. Mapa da distribuição do número de operadores económicos registados por concelho (classes)..... | 11 |
| Figura 2. Mapa com a distribuição do pinheiro-manso por concelho (classes em ha)..... | 12 |
| Figura 3. Número de comunicações prévias/declarações de pinha por dia..... | 13 |
| Figura 4. Número de comunicações prévias/declarações de pinha por mês..... | 14 |
| Figura 5. Número de comunicações prévias/declarações de pinha realizadas por atividade.... | 15 |
| Figura 6. Número de declarações de pinha por concelho (classes)..... | 20 |
| Figura 7. Quantidade de colheita de pinha declarada por concelho (classes). | 21 |
| Figura 8. Distribuição anual, dos processos de contraordenação por tipo de infração | 26 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1. Número de operadores económicos registados por tipo de atividade do circuito económico da pinha..... | 10 |
| Tabela 2. Número de operadores económicos registados por distrito | 10 |
| Tabela 3. Média do número de comunicações prévias realizadas por dia | 14 |
| Tabela 4. Número de declarações de pinha declaradas e validadas na origem e no destino | 15 |
| Tabela 5. Quantidade total de pinhas declaradas por atividade e validadas na origem. | 16 |
| Tabela 6. Quantidade total de pinhas declaradas por atividade e validadas no destino. | 17 |
| Tabela 7. Número de declarações por distrito (Origem/Destino). | 17 |
| Tabela 8. Número de declarações de colheita de pinha registadas e validadas por distrito..... | 18 |
| Tabela 9. Número de declarações de colheita de pinha por distrito e quantidades de pinhas declaradas e validadas | 19 |
| Tabela 10. Número de declarações de pinha, quantidades de pinhas declaradas e confirmadas por distrito no período de extensão da colheita de pinhas (1 a 15 de abril). | 22 |
| Tabela 11. Número de declarações sem atividades de colheita e importação e com declarações antecedentes assinaladas registadas após 23 de dezembro. | 23 |
| Tabela 12. Evolução do número de declarações por distrito (Origem/Destino) entre maio e agosto de 2016..... | 24 |
| Tabela 13. Evolução do número de declarações sem atividades de colheita e importação e com declarações antecedentes entre maio e agosto de 2106) | 25 |
| Tabela 14. Distribuição dos processos de contraordenação por região (DCNF)..... | 26 |

1. OBJETIVO

O presente relatório apresenta os resultados do tratamento da informação constante do Sistema de Informação da Pinha de pinheiro-manso (SiP) (sistema provisório) através do qual é efetuado o registo dos operadores económicos e a comunicação das atividades relativas ao circuito económico da pinha de pinheiro-manso, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 77/2015, de 12 de maio, que estabelece o regime jurídico de colheita, transporte, armazenamento, transformação, importação e exportação de pinhas da espécie *Pinus pinea* L. (pinheiro-manso) em território continental.

A divulgação da presente informação enquadra-se no previsto no artigo 11.º do referido Decreto-Lei n.º 77/2015, de 12 de maio. Os resultados apurados dizem respeito à campanha de colheita de pinhas de 2015/2016. Apesar de se tratar de um sistema provisório é já possível obter um conjunto de informação e de indicadores relevantes para a fileira associada ao pinheiro-manso e fazer um balanço da primeira época de colheita em que vigorou este novo regime.

2. ENQUADRAMENTO

2.1. IMPORTÂNCIA DO PINHEIRO-MANSO NO PAÍS

O pinheiro-manso (*Pinus pinea*) é uma espécie estruturante no contexto da floresta de Portugal continental, constituindo sistemas multifuncionais com elevado valor ecológico, económico e paisagístico. Esta espécie tem uma elevada importância em determinadas regiões, promovendo a proteção e regeneração de solos pobres e formando ecossistemas que nalguns casos são protegidos como habitats de proteção prioritária ou tem um elevado interesse cénico e de enquadramento. Em termos económicos permite uma diversidade de produções e fontes de retorno financeiro, não só através da pinha e do pinhão, mas também da madeira, resina e biomassa.

Segundo o último Inventário Florestal Nacional de 2010 (IFN6) a área de povoamentos puros e mistos dominantes de pinheiro-manso corresponde a um total de cerca de 176 mil ha. De notar que entre 1995 e 2010 a área de produção do pinheiro-manso aumentou 46%. Essa variação verificou-se essencialmente entre 1995 e 2005 (42%).

Em termos económicos, uma das principais cadeias de valor associadas à exploração do pinheiro-manso relaciona-se com a colheita de pinhas, destinadas à produção de miolo de pinhão, cujo produto é altamente valorizado em termos alimentares graças às suas propriedades organoléticas e valor nutricional. O principal interesse económico do pinheiro-manso consiste portanto no aproveitamento do pinhão. O seu interesse industrial, pela alta qualidade que está associada ao pinhão português, tem sido alvo de preocupação por parte das entidades públicas do sector florestal.

À escala nacional estima-se uma produção média de pinha superior a 70 mil ton/ano, sendo igualmente relevante as exportações cujo montante foi de 15 milhões de euros (em 2015).

2.2. REGIME JURÍDICO

A proteção à colheita de pinhão de pinheiro-manso encontra-se estabelecida desde 1999, através do Decreto-Lei n.º 528/99, de 10 de dezembro, que definia um período de colheita, transporte e armazenamento de pinhas entre 15 de dezembro e 31 de março, de cada ano civil, no sentido da salvaguarda da maturação da pinha no momento de colheita como forma de manter a qualidade do pinhão, enquanto produto alimentar. Por oposição, fora do período autorizado as atividades de colheita, transporte e armazenamento de pinhas de pinheiro-manso ficavam interditas.

A experiência decorrente da aplicação do Decreto-lei n.º 528/99 veio demonstrar que o mesmo carecia de ajustamentos pois condicionava o circuito económico da pinha já que restringia as atividades de armazenamento e de transporte a apenas alguns meses do ano. Por outro lado, o sistema de controlo respetivo não se revelou suficientemente eficaz para colmatar lacunas de informação da fileira e acautelar os riscos sanitários emergentes: os agentes bióticos têm vindo a induzir quebras na produção de pinha e no rendimento do pinhão, conforme sistematicamente sinalizado pelos agentes económicos do setor.

Neste sentido, um novo regime jurídico aplicável à colheita, transporte, armazenamento, transformação, importação e exportação de pinhas da espécie *Pinus pinea* L. (pinheiro-manso) em território continental foi estabelecido pelo [Decreto-Lei n.º 77/2015](#), de 12 de maio, e entrou em vigor a 10 de agosto de 2015.

O diploma estabelece um conjunto de procedimentos inovadores, que compreendem o registo dos operadores económicos¹ e à comunicação prévia (ou declaração de pinhas) das atividades desenvolvidas no âmbito do circuito económico das pinhas de pinheiro-manso. Estes procedimentos visam assegurar o controlo das atividades desenvolvidas ao longo do circuito económico das pinhas de pinheiro-manso e sua rastreabilidade, desde a colheita até à entrada em estabelecimento industrial em que se realize a extração do pinhão ou sua exportação, bem como controlo e inspeção da pinha importada. De salientar que a monitorização da circulação da pinha, desde a colheita até ao destino final, permite também um maior controlo fitossanitário. Permite ainda conferir maior transparência aos circuitos de comercialização das pinhas e melhorar o seu conhecimento pelas autoridades e pelos agentes económicos do setor, viabilizando processos de certificação e controlo de qualidade.

O novo regime manteve a definição de um período de colheita de pinha, mas que se passou a iniciar a 1 de dezembro e a terminar a 31 de março do ano civil seguinte, não sendo permitida a colheita de pinha fora do período autorizado. Na prática, com a publicação deste diploma o período de colheita foi alargado em 15 dias, pela antecipação para 1 de dezembro.

O n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 77/2015, de 12 de maio admite que, nos anos em que a atividade de colheita de pinhas for anormalmente dificultada por condições climatéricas excecionais ou em que se verifique alteração significativa do ciclo de maturação da pinha, o período de colheita possa ser alterado por despacho do membro do Governo responsável pela área das florestas. Tal foi o caso em 2016 em que se verificaram condições excecionais durante a campanha, caracterizadas por períodos prolongados de chuva e vento fortes, adversas ao regular desenvolvimento das operações de colheita, pelo que o período de colheita de pinha foi prolongado até ao dia 15 de abril por Despacho 4555/2016, do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, publicado em Diário da República em 1 de abril.

¹ São considerados operadores económicos as pessoas singulares ou coletivas que exercem as atividades de colheita, transporte, armazenamento, transformação, importação e exportação de pinhas de pinheiro-manso, as quais podem ser desenvolvidas ou não em simultâneo, ao longo do circuito económico da pinha de pinheiro-manso.

3. SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA PINHA (SiP)

3.1. FUNCIONALIDADES

O registo e a declaração de pinha são efetuados atualmente pelo Sistema de Informação da Pinha (SiP), acedido pelo portal do ICNF, e que assegura num sistema transitório as funcionalidades estipuladas no n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 77/2015, de 12 de maio, nomeadamente:

- a) A apresentação da declaração de pinhas;
- b) A submissão do pedido de registo de operador económico;
- c) A consulta pelo operador económico da informação constante do seu registo e das suas próprias declarações de pinhas;
- d) A comunicação de alterações relevantes aos dados contidos no registo e o pedido de atualização, de retificação ou de eliminação de dados, nos termos estabelecidos na lei;
- e) O registo de utilizadores;
- f) A criação de códigos de autenticação únicos de registo de operador económico, e o envio de mensagens automáticas aos interessados;
- g) A disponibilização de manual de apoio ao utilizador e sistema de ajuda;
- h) A gestão, a manutenção, a atualização e o cancelamento dos registos de operador económico;
- i) A gestão da base de dados, para criação de relatórios e consultas;
- j) Acesso aos dados do registo de operador económico e da declaração de pinhas pelas autoridades competentes para a fiscalização da aplicação do presente diploma.

A plataforma SiP, para uma melhor fiabilidade da informação a produzir e para uma melhor monitorização do circuito económico, possibilita ainda:

- a) A consulta pelo operador económico da informação constante não só das próprias declarações emitidas, mas também das declarações emitidas por outro operador económico, em que ele próprio é origem/destino da pinha;
- b) Alterar (uma só vez) a quantidade de pinha inicialmente declarada, bem como confirmar as mesmas, nos casos em que o operador seja a origem/destino da pinha;

- c) Assegurar a transmissão da informação das declarações antecedentes emitidas ao longo do circuito económico da pinha, ao adquirente sucessivo;
- d) Anular declaração de pinha pelo operador económico, caso esta não tenha sido confirmada na origem/destino, nem tenha sido usada no circuito económico.

3.2. PONTO DA SITUAÇÃO

O SiP entrou em funcionamento no dia 21 de outubro de 2015. Foram efetuadas reuniões específicas de coordenação com a Autoridade Tributária e Aduaneira e com a GNR/SEPNA, autoridades com competência para a fiscalização, bem como com organizações de agentes representativos da fileira (produção e indústria).

No dia 17 de novembro, foi realizada uma sessão de esclarecimento sobre o SiP em Alcácer do Sal, com o apoio da autarquia local e com a presença de largas dezenas de agentes do setor.

Para ir ao encontro das necessidades sentidas pelos vários utilizadores, foram produzidas já duas versões do sistema, sendo a última a versão 3.3 de 23 de dezembro. Foi ainda disponibilizado um conjunto de perguntas frequentes, o manual de utilizador do SiP e a apresentação efetuada em Alcácer do Sal, todos em separador próprio do Portal do ICNF - <http://www.icnf.pt/portal/florestas/fileiras/regime-juridico-da-pinha-de-pinheiro-manso>.

Os dados apresentados referem-se à informação consultada na base de dados do SiP em 5 de maio de 2016, e compreende a análise relativa aos registos de operador económico de pinha e às declarações de pinha.

3.2.1. REGISTO DE OPERADOR ECONÓMICO DA PINHA

No SiP estão registados um total de **3.224** operadores económicos que podem exercer uma ou mais do que uma das atividades abrangidas pelo diploma legal (colheita, transporte, armazenamento, transformação, importação e exportação).

A maioria dos operadores económicos concentra-se nas atividades de colheita, de transporte e de armazenamento da pinha (Tabela 1).

Tabela 1. Número de operadores económicos registados por tipo de atividade do circuito económico da pinha

| Atividade | N.º registos | % |
|---------------|--------------|-----|
| Armazenamento | 1938 | 60% |
| Colheita | 3166 | 98% |
| Transporte | 3022 | 94% |
| Exportação | 259 | 8% |
| Importação | 126 | 4% |
| Transformação | 135 | 4% |

Na Tabela 2 apresenta-se o número de operadores económicos registados por distrito. O maior número de operadores económicos registados encontra-se nos distritos de Setúbal e de Lisboa, sendo que estes dois distritos correspondem a 61% dos operadores registados.

Tabela 2. Número de operadores económicos registados por distrito

| Distrito | N.º de Registos | % |
|------------------|-----------------|-----|
| Aveiro | 6 | <1% |
| Beja | 39 | 1% |
| Braga | 1 | <1% |
| Bragança | 0 | 0% |
| Castelo Branco | 19 | 1% |
| Coimbra | 76 | 2% |
| Évora | 132 | 4% |
| Faro | 35 | 1% |
| Guarda | 61 | 2% |
| Leiria | 60 | 2% |
| Lisboa | 709 | 22% |
| Portalegre | 130 | 4% |
| Porto | 1 | 0% |
| Santarém | 385 | 12% |
| Setúbal | 1256 | 39% |
| Viana do Castelo | 0 | 0% |
| Vila Real | 0 | 0% |
| Viseu | 314 | 10% |

Como seria expectável, o maior número de operadores registados ocorre nos distritos onde a ocorrência do pinheiro-manso tem maior expressão.

A nível concelhio, foi no concelho de Sintra que se obteve o maior número de registos de operador, com um total de 503 operadores registados para a atividade de colheita de pinha

(num total de 505 operadores registados no concelho), seguido dos concelhos de Sesimbra (322) e Coruche (264) – (Figura 1).

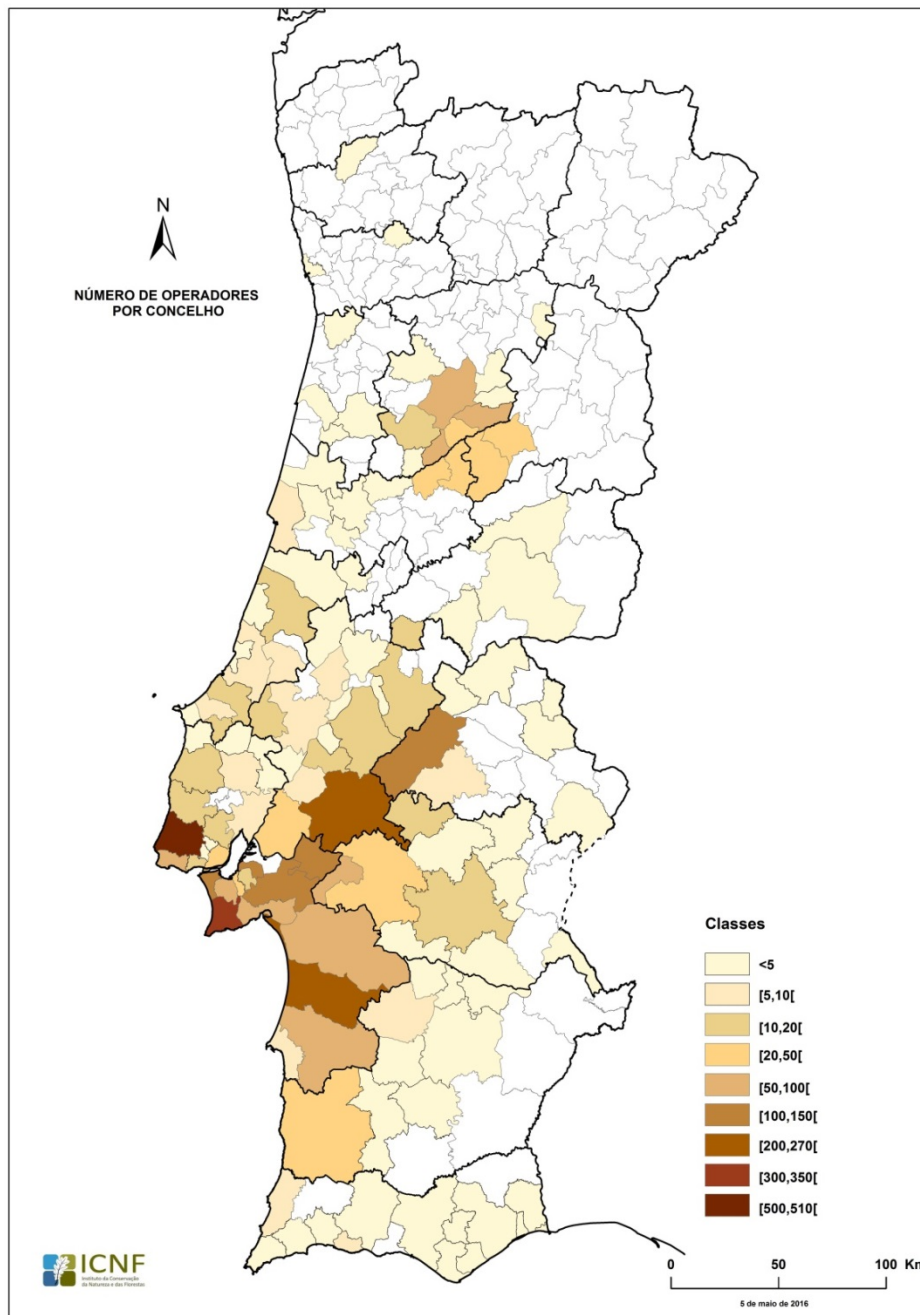


Figura 1. Mapa da distribuição do número de operadores económicos registados por concelho (classes).

A distribuição geográfica do pinheiro-manso (Figura 2) está mais concentrada no sul do Continente, em particular na Península de Setúbal, Vale do Tejo e no interior do Baixo Alentejo e do Algarve (ICNF, 2013).

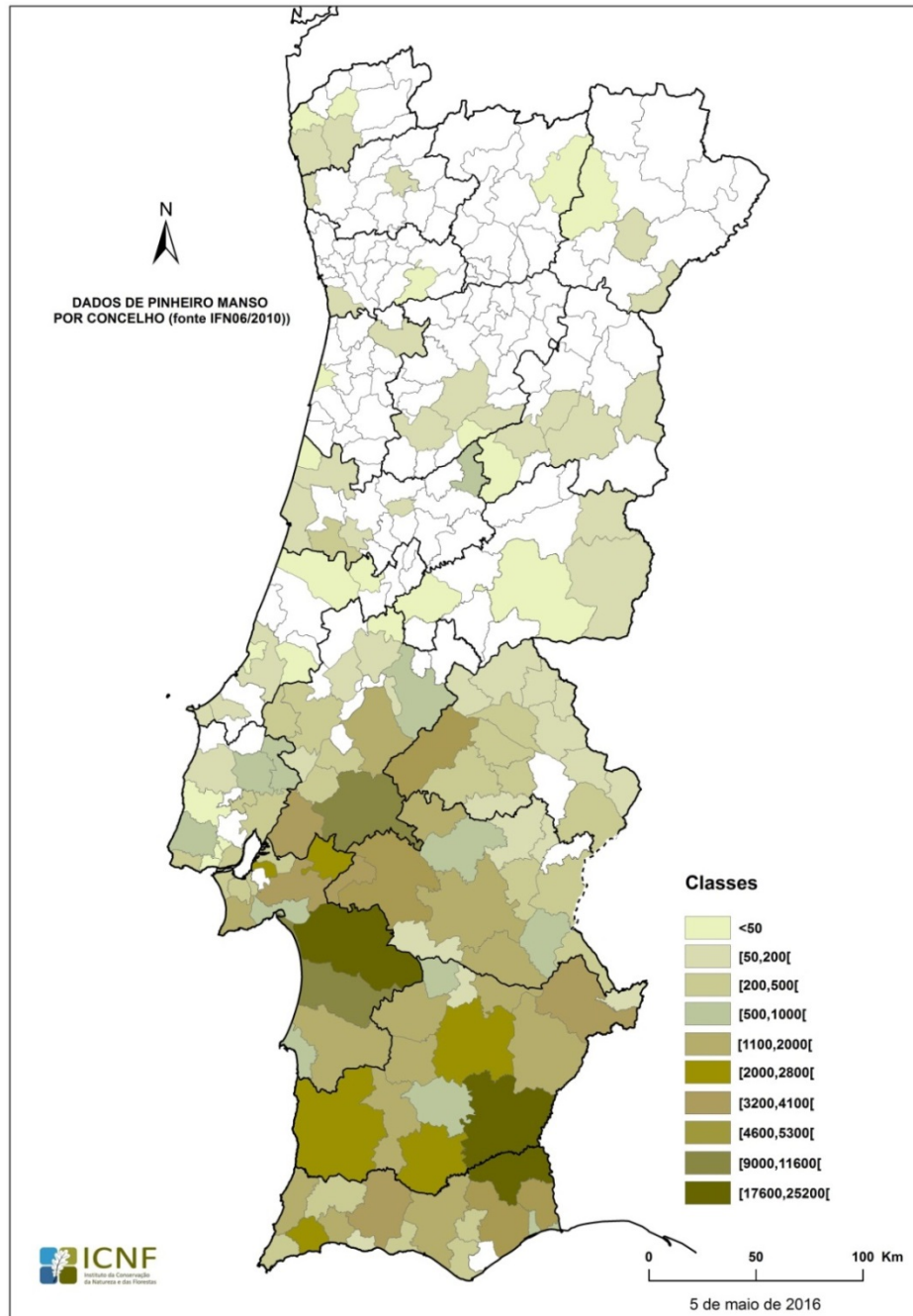


Figura 2. Mapa com a distribuição do pinheiro-manso por concelho (classes em ha).

3.2.2.COMUNICAÇÕES PRÉVIAS/DECLARAÇÕES DE PINHA

3.2.2.1. EMISSÃO DAS DECLARAÇÕES DE PINHA

Dos **3.224** operadores económicos registados, **2.797** operadores emitiram declarações de pinha (DP).

De acordo com a consulta à base de dados do SiP foi registado um total de **16.302** declarações de pinha. Do total de declarações de pinha registadas no SiP, **275** foram entretanto anuladas pelos respetivos operadores emitentes. O universo de análise corresponde assim a **16.027** declarações de pinha, com um total de **182.601** toneladas de pinhas declaradas.

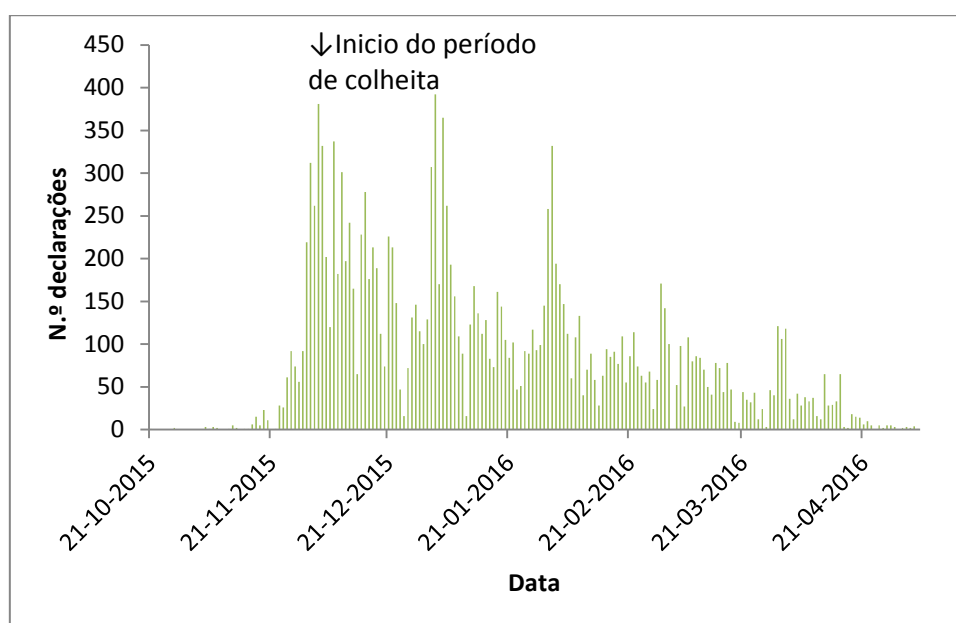
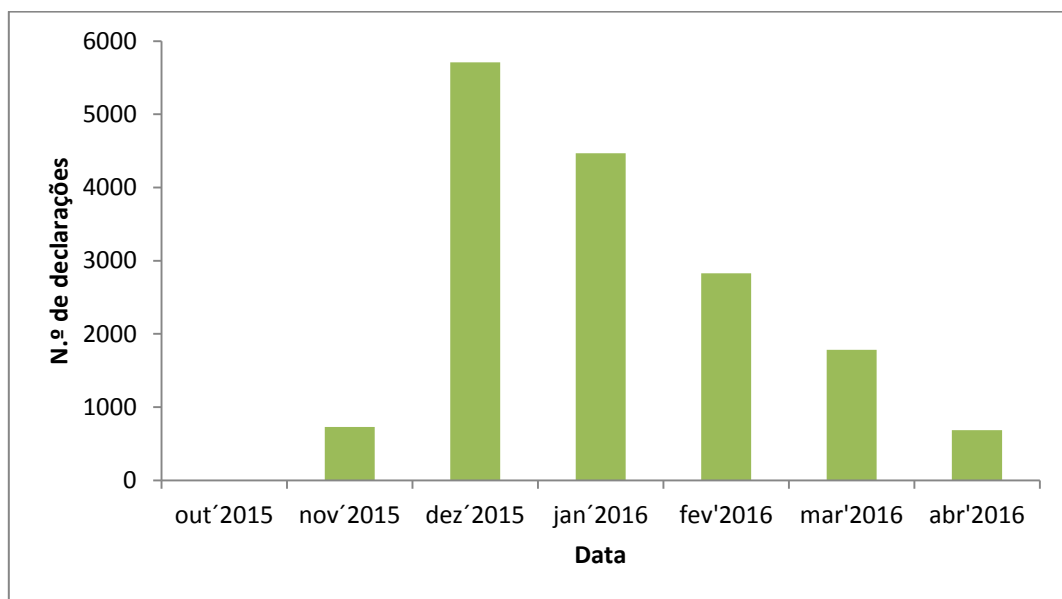


Figura 3. Número de comunicações prévias/declarações de pinha por dia.

De acordo com as Figuras 3 e 4 e com a Tabela 3, foi no mês de dezembro que se efetuou o maior número de declarações, correspondendo ao mês inicial do período de colheita, verificando-se uma diminuição do número de comunicações, ao longo do período analisado, como seria expectável.

Tabela 3. Média do número de comunicações prévias realizadas por dia

| Período | Número de declarações/dia |
|-------------------------|---------------------------|
| Novembro 2015 | 18 |
| Dezembro 2015 | 184 |
| Janeiro 2016 | 148 |
| Fevereiro 2016 | 97 |
| Março 2016 | 57 |
| 1ª Quinzena, Abril 2016 | 39 |
| 2ª Quinzena, Abril 2016 | 38 |

**Figura 4.** Número de comunicações prévias/declarações de pinha por mês.

Na Figura 5 apresenta-se o número de declarações por atividade do circuito económico da pinha, em que cada declaração pode conter uma ou mais do que uma das atividades abrangidas pelo diploma legal.

O maior número de declarações de pinha é referente à atividade de colheita, seguida pelas atividades de armazenamento e de transporte de pinha.

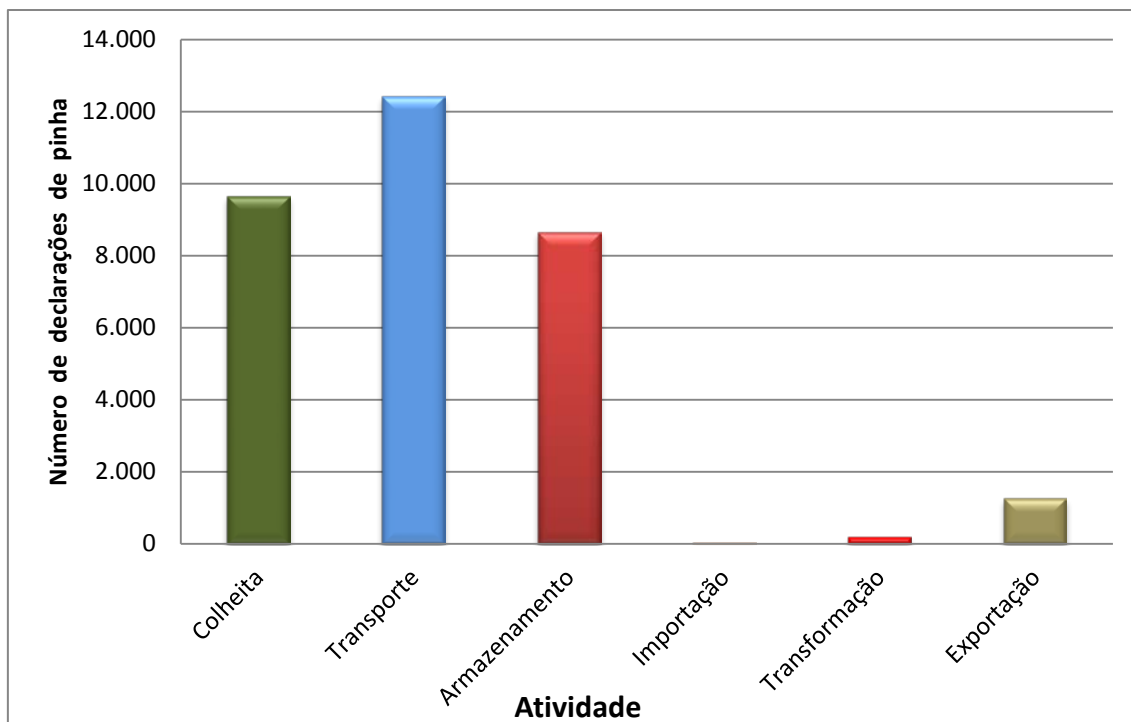


Figura 5. Número de comunicações prévias/declarações de pinha realizadas por atividade

Uma das funcionalidades do SiP consiste na confirmação das quantidades de pinha declaradas em cada declaração de pinha, pelo respetivo operador económico da pinha. Essa confirmação é realizada a dois níveis, ou seja pelo operador indicado na origem e pelo operador indicado em destino. Na tabela seguinte (Tabela 4) apresenta-se o número de declarações de pinha validadas por atividade em termos absolutos e relativos.

Tabela 4. Número de declarações de pinha declaradas e validadas na origem e no destino

| Atividade | Total de DP | Nº DP validadas | | | |
|---------------|-------------|-----------------|-----|------------|-----|
| | | na origem | | no destino | |
| Colheita | 9.655 | 1087 | 11% | 2.787 | 29% |
| Transporte | 12.419 | 1915 | 15% | 4.065 | 33% |
| Armazenamento | 8.655 | 1148 | 13% | 3.650 | 42% |
| Importação | 32 | 5 | 16% | 18 | 56% |
| Transformação | 194 | 34 | 18% | 95 | 49% |
| Exportação | 1.261 | 562 | 45% | 74 | 6% |

A análise das Tabela 4 permite verificar que para todas as atividades, exceto a de exportação, existe um maior número de declarações validadas no destino do que na origem. Por atividade verifica-se que o maior valor relativo de declarações confirmadas corresponde à atividade de importação, igualmente no destino.

Na Tabela 5 apresentam-se as quantidades de pinha declaradas e validadas, na origem. A análise permite verificar que a validação de declarações na origem varia consoante as atividades. Assim, em termos relativos o maior valor corresponde à atividade exportação e o menor valor à atividade de colheita. Para todas as atividades a maior parte das declarações ainda se encontra por validar.

Tabela 5. Quantidade total de pinhas declaradas por atividade e validadas na origem.

| Atividade | Quantidade pinha | | |
|---------------|------------------|---------------|-----|
| | Declarada (kg) | Validada (kg) | % |
| Colheita | 86.290.410 | 9.390.482 | 11% |
| Transporte | 139.450.360 | 30.742.616 | 22% |
| Armazenamento | 75.028.585 | 9.927.454 | 13% |
| Importação | 819.420 | 131.550 | 16% |
| Transformação | 8.552.520 | 2.309.233 | 27% |
| Exportação | 45.616.004 | 24.331.171 | 53% |

Relativamente às declarações validadas no destino por atividade constata-se que a atividade de importação tem o maior valor percentual, seguida da atividade de transformação (Tabela 6).

No que se refere à atividade de exportação, os valores apresentados na Tabela 6, correspondem à seleção das declarações de pinha que têm referenciadas a atividade de exportação (com ou sem atividade de transporte). Refere-se que 44% da quantidade de pinhas exportada já se encontra confirmada.

Da quantidade total de pinha exportada, 68% tem como destino Espanha e 21% Itália, constituindo estes países os principais destinos de exportação de pinha (informação não tabelada).

Tabela 6. Quantidade total de pinhas declaradas por atividade e validadas no destino.

| Atividade | Quantidade | | |
|---------------|----------------|--------------------------|-----|
| | Declarada (kg) | Validada no destino (kg) | % |
| Colheita | 86.290.410 | 22.229.537 | 26% |
| Transporte | 139.450.360 | 46.268.135 | 33% |
| Armazenamento | 75.028.585 | 24.513.527 | 33% |
| Importação | 819.420 | 482.340 | 59% |
| Transformação | 8.552.520 | 4.717.052 | 55% |
| Exportação | 45.616.004 | 468.210 | 1% |

Nas declarações com origem e destino em Portugal, o distrito de Setúbal é o mais mencionado, tanto na origem como no destino das pinhas, sendo seguido pelo distrito de Lisboa (Tabela 7).

Tabela 7. Número de declarações por distrito (Origem/Destino) ².

| Distrito | Origem | Destino | N.º de Registos | % |
|------------------|--------|---------|-----------------|-------|
| Aveiro | 11 | 1 | 12 | 0,0% |
| Beja | 115 | 29 | 144 | 0,5% |
| Braga | 0 | 0 | 0 | 0,0% |
| Bragança | 1 | 0 | 1 | 0,0% |
| Castelo Branco | 16 | 25 | 41 | 0,1% |
| Coimbra | 252 | 54 | 306 | 1,0% |
| Évora | 673 | 474 | 1147 | 3,9% |
| Faro | 54 | 26 | 80 | 0,3% |
| Guarda | 298 | 74 | 372 | 1,3% |
| Leiria | 271 | 168 | 439 | 1,5% |
| Lisboa | 3119 | 3067 | 6186 | 21,1% |
| Portalegre | 505 | 478 | 983 | 3,3% |
| Porto | 2 | 14 | 16 | 0,1% |
| Santarém | 2333 | 2113 | 4446 | 15,1% |
| Setúbal | 6127 | 6734 | 12861 | 43,8% |
| Viana do Castelo | 1 | 0 | 1 | 0,0% |
| Vila Real | 0 | 24 | 24 | 0,1% |
| Viseu | 847 | 1473 | 2320 | 8% |

² No campo do distrito de origem não estão contabilizadas as declarações de atividade de importação e no campo de distrito de destino não estão contabilizadas as declarações com a atividade de exportação.

Em termos da origem da pinha, o distrito com maior número de declarações de colheita é o distrito de Setúbal, seguido pelos distritos de Lisboa e de Santarém (Tabelas 8 e 9).

Tabela 8. Número de declarações de colheita de pinha registadas e validadas por distrito.

| Distrito | N.º Declarações de colheita | | |
|------------------|-----------------------------|--------------|------------|
| | Registadas | Validadas | % |
| Aveiro | 13 | 2 | 15% |
| Beja | 76 | 14 | 18% |
| Braga | 0 | 0 | 0% |
| Bragança | 1 | 0 | 0% |
| Castelo Branco | 9 | 2 | 22% |
| Coimbra | 223 | 7 | 3% |
| Évora | 391 | 98 | 25% |
| Faro | 45 | 10 | 22% |
| Guarda | 275 | 84 | 31% |
| Leiria | 243 | 32 | 13% |
| Lisboa | 1.733 | 357 | 21% |
| Portalegre | 314 | 20 | 6% |
| Porto | 1 | 0 | 0% |
| Santarém | 1.498 | 373 | 25% |
| Setúbal | 3.921 | 1.109 | 28% |
| Viana do Castelo | 1 | 0 | 0% |
| Vila Real | 0 | 0 | 0% |
| Viseu | 911 | 186 | 20% |
| TOTAL | 9.655 | 2.294 | 24% |

No que respeita à quantidade de pinhas declarada na colheita, verifica-se que nos distritos de Setúbal e Santarém são declaradas as maiores quantidades de pinha (Tabela 9).

Foram declaradas um total de mais de 86 mil toneladas de pinha tendo sido confirmadas quer na origem, quer no destino um total de cerca de 21 mil toneladas, o que corresponde a 25%

das quantidades totais declaradas (Tabela 9). Nos distritos com maiores quantidades de colheita de pinha declarada (Setúbal e Santarém) obtém-se uma percentagem de 22% relativamente à quantidade declarada e validada na atividade de colheita.

Tabela 9. Número de declarações de colheita de pinha por distrito e quantidades de pinhas declaradas e validadas

| Distrito | Número de declarações | Quantidade declarada (kg) | Quantidade validada (kg) | Quantidades de pinhas validadas (%) |
|------------------|-----------------------|---------------------------|--------------------------|-------------------------------------|
| Aveiro | 13 | 106.750 | 354 | 0% |
| Beja | 76 | 507.784 | 12.794 | 3% |
| Braga | 0 | 0 | 0 | 0% |
| Bragança | 1 | 200 | 0 | 0% |
| Castelo Branco | 9 | 914.260 | 190.760 | 21% |
| Coimbra | 223 | 472.735 | 37.135 | 8% |
| Évora | 391 | 13.702.195 | 6.464.466 | 47% |
| Faro | 45 | 342.690 | 43.902 | 13% |
| Guarda | 275 | 544.730 | 213.884 | 39% |
| Leiria | 243 | 824.766 | 152.978 | 19% |
| Lisboa | 1.733 | 7.123.310 | 1.084.828 | 15% |
| Portalegre | 314 | 3.117.990 | 224.859 | 7% |
| Porto | 1 | 7.000 | 0 | 0% |
| Santarém | 1.498 | 19.407.954 | 4.345.050 | 22% |
| Setúbal | 3.921 | 37.832.533 | 8.258.738 | 22% |
| Viana do Castelo | 1 | 100.000 | 0 | 0% |
| Vila Real | 0 | 0 | 0 | 0% |
| Viseu | 911 | 1.393.254 | 314.445 | 23% |
| TOTAL | 9.655 | 86.398.152 | 21.344.193 | 25% |

De acordo com a Figura 6, os concelhos de Sintra, Coruche, Grândola, Sesimbra, Palmela, Almada, Montijo Setúbal e Alcácer do Sal correspondem, por esta ordem, ao maior número de declarações registadas no SiP. Em termos regionais, na região Centro, a sub-região de Dão Lafões (distrito de Viseu) é também relativamente importante número de declarações, embora a ocorrência da espécie pinheiro-mansinho não tenha grande relevo na informação do IFN6.

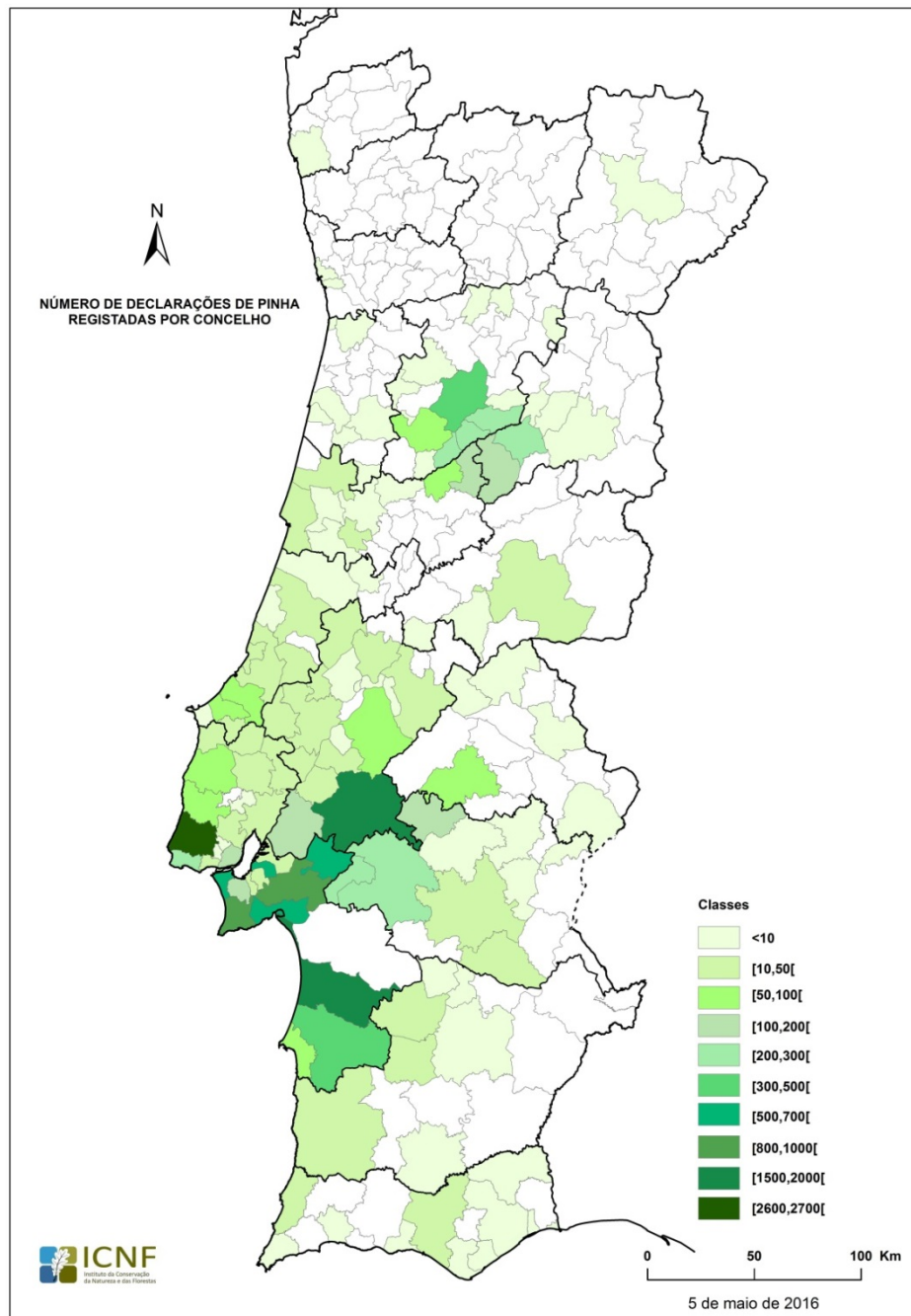


Figura 6. Número de declarações de pinha por concelho (classes).

Como se pode verificar na Figura 7, relativamente à quantidade de colheita de pinha declarada verifica-se que as maiores quantidades ocorrem nos concelhos de Coruche, Vendas Novas, Palmela, Alcácer do Sal, Grândola, Sesimbra, Montijo, Sintra, Montemor-o-Novo e Ponte de Sor, correspondentes a áreas onde o pinheiro-manso marca presença assinalável, segundo dados do IFN6 (Figura 2).

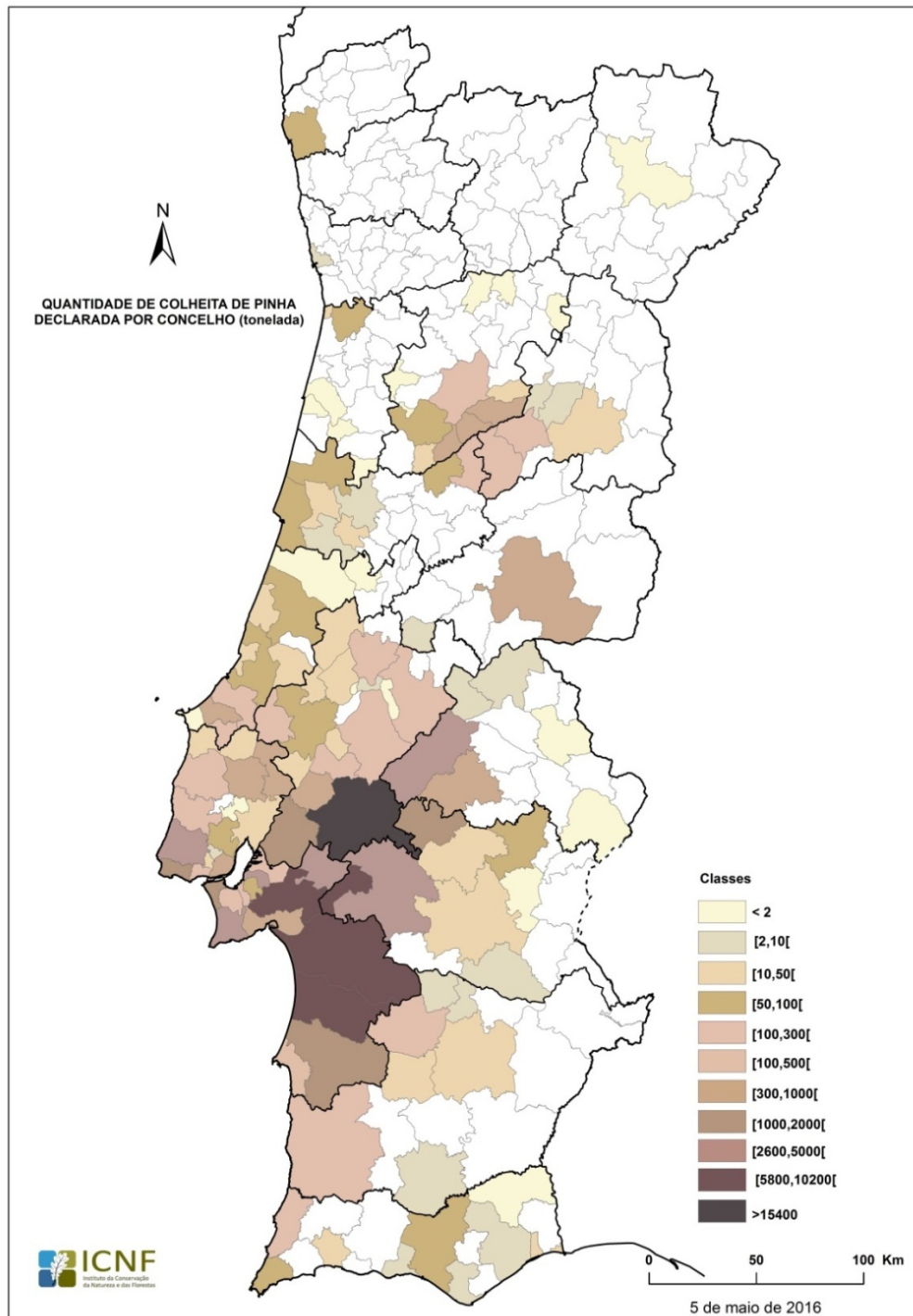


Figura 7. Quantidade de colheita de pinha declarada por concelho (classes).

3.3 EXTENSÃO DO PERÍODO DE COLHEITA

Em 2016, o período de colheita de pinha foi prolongado em 15 dias, através do Despacho n.º 4555/2016, de 22 de março, tendo terminado a 15 de abril. Durante este período foram registadas 265 declarações de colheita de pinhas, a que correspondem cerca de 2 mil toneladas declaradas. O distrito de Setúbal foi responsável pelo maior número de declarações de colheita, num total de 121 declarações que corresponde a 46% do total do período (Tabela 10).

Tabela 10. Número de declarações de pinha, quantidades de pinhas declaradas e confirmadas por distrito no período de extensão da colheita de pinhas (1 a 15 de abril).

| Distrito | Declarações emitidas | % | Kg declarados de Pinha |
|------------------|----------------------|-------------|------------------------|
| Aveiro | 0 | 0,0% | 0 |
| Beja | 1 | 0,4% | 20.000 |
| Braga | 0 | 0,0% | 0 |
| Bragança | 1 | 0,4% | 200 |
| Castelo Branco | 0 | 0,0% | 0 |
| Coimbra | 6 | 2,3% | 6.450 |
| Évora | 20 | 7,5% | 228.265 |
| Faro | 3 | 1,1% | 33.340 |
| Guarda | 4 | 1,5% | 2.300 |
| Leiria | 11 | 4,2% | 64.935 |
| Lisboa | 17 | 6,4% | 60.500 |
| Portalegre | 8 | 3,0% | 250.570 |
| Porto | 0 | 0,0% | 0 |
| Santarém | 67 | 25,3% | 468.507 |
| Setúbal | 121 | 45,7% | 1.131.083 |
| Viana do Castelo | 0 | 0,0% | 0 |
| Vila Real | 0 | 0,0% | 0 |
| Viseu | 6 | 2,3% | 8.000 |
| Total | 265 | 100% | 2.274.150 |

Na Tabela 11 apresenta-se o número de declarações por distrito nas atividades de armazenamento, transporte, transformação e exportação, isoladamente ou em conjunto. As declarações em questão, registadas após 23 de dezembro (data em que entrou em funcionamento esta funcionalidade no SiP) pressupõem a existência de declarações antecedentes e como tal deveriam fazer parte dos registos associados a cada declaração. No entanto, verifica-se que para todos os distritos (exceto o do Porto) o número de declarações que têm assinaladas as declarações antecedentes, é inferior ao número das declarações em que tal não se verifica. Em termos relativos verifica-se que no distrito de Castelo Branco se obtém a maior proporção de declarações com informação das declarações antecedentes (63%), seguido do distrito de Santarém (43%) e do distrito de Portalegre (33%). Em termos nacionais, a proporção de declarações de pinha com informação de declarações antecedentes é em termos relativos de 23%, ou seja cerca de $\frac{1}{4}$ do total de declarações registadas após 23 de dezembro e para as atividades referidas acima.

Tabela 11. Número de declarações sem atividades de colheita e importação e com declarações antecedentes assinaladas registadas após 23 de dezembro.

| Distrito | N.º declarações sem atividades de colheita/importação | | |
|------------------|---|------------------------------|------------|
| | Registadas | Com declarações antecedentes | % |
| Aveiro | 4 | 0 | 0% |
| Beja | 37 | 7 | 19% |
| Braga | 0 | 0 | 0% |
| Bragança | 0 | 0 | 0% |
| Castelo Branco | 8 | 5 | 63% |
| Coimbra | 53 | 3 | 6% |
| Évora | 247 | 65 | 26% |
| Faro | 14 | 1 | 7% |
| Guarda | 58 | 8 | 14% |
| Leiria | 38 | 8 | 21% |
| Lisboa | 947 | 79 | 8% |
| Portalegre | 180 | 60 | 33% |
| Porto | 1 | 1 | 100% |
| Santarém | 724 | 309 | 43% |
| Setúbal | 2.134 | 488 | 23% |
| Viana do Castelo | 0 | 0 | 0% |
| Vila Real | 0 | 0 | 0% |
| Viseu | 133 | 11 | 8% |
| Total | 4.578 | 1.045 | 23% |

3.4 EVOLUÇÃO NO PERÍODO (maio 2016-agosto 2016)

Pela análise da Tabela 7 verifica-se que no período de 05 de maio a 31 de agosto de 2016 (data das consultas à base de dados) houve muito poucos registos de novas declarações de pinha. Em contrapartida o processo de validação de declarações teve maior expressão (evolução positiva).

Tabela 12. Evolução do número de declarações por distrito (Origem/Destino) entre maio e agosto de 2016.

| Atividade | Total de DP (maio 2016) | Total de DP (agosto 2016) | variação % | Nº DP validadas | | | | | |
|---------------|-------------------------|---------------------------|------------|-----------------------|---------------------------|------------|------------------------|--------------------------|------------|
| | | | | na origem (maio 2016) | na origem – (agosto 2016) | variação % | no destino (maio 2016) | no destino (agosto 2016) | variação % |
| Colheita | 9.655 | 9.655 | 0% | 1.042 | 1.087 | 4% | 2.277 | 2.787 | 18% |
| Transporte | 12.352 | 12.419 | 1% | 1.627 | 1.915 | 15% | 3.159 | 4.065 | 22% |
| Armazenamento | 8.623 | 8.655 | 0,4% | 1.097 | 1.148 | 4% | 3.171 | 3.650 | 13% |
| Importação | 33 | 32 | -3% | 5 | 5 | 0% | 18 | 18 | 0% |
| Transformação | 193 | 194 | 1% | 31 | 34 | 9% | 91 | 95 | 4% |
| Exportação | 1.259 | 1.261 | 0,2% | 416 | 562 | 26% | 55 | 74 | 26% |

Relativamente ao processo de rastreabilidade associado à sinalização das declarações antecedentes por parte dos operadores emitentes verifica-se que no período de maio a agosto de 2016, a situação não melhorou de forma significativa, continuando a verificar-se em agosto de 2016 e para todos os distritos (exceto Porto e Castelo Branco) uma percentagem declarações com declarações antecedentes inferior a 50% do valor potencial.

Tabela 13. Evolução do número de declarações sem atividades de colheita e importação e com declarações antecedentes entre maio e agosto de 2016)

| Distrito | N.º declarações sem atividades de colheita/importação | | | | |
|------------------|---|-----------------------------|---|---|--------------------|
| | Registadas (maio 2016) | Registadas (agosto 2016) | Com declarações antecedentes (maio 2016) | Com declarações antecedentes (agosto 2016) | % (agosto 2016) |
| Aveiro | 4 | 4 | 0 | 0 | 0% |
| Beja | 37 | 37 | 7 | 7 | 19% |
| Braga | 0 | 0 | 0 | 0 | 0% |
| Bragança | 0 | 0 | 0 | 0 | 0% |
| Castelo Branco | 8 | 8 | 5 | 5 | 63% |
| Coimbra | 53 | 53 | 3 | 3 | 6% |
| Évora | 247 | 248 | 65 | 68 | 27% |
| Faro | 14 | 15 | 1 | 2 | 13% |
| Guarda | 58 | 58 | 8 | 8 | 14% |
| Leiria | 38 | 39 | 8 | 9 | 23% |
| Lisboa | 947 | 957 | 79 | 88 | 9% |
| Portalegre | 180 | 182 | 60 | 62 | 34% |
| Porto | 1 | 1 | 1 | 1 | 100% |
| Santarém | 724 | 745 | 309 | 314 | 42% |
| Setúbal | 2.134 | 2.150 | 488 | 498 | 23% |
| Viana do Castelo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0% |
| Vila Real | 0 | 0 | 0 | 0 | 0% |
| Viseu | 133 | 133 | 11 | 11 | 8% |
| Total | 4.578 | 4.630 | 1.045 | 1.076 | 23% |

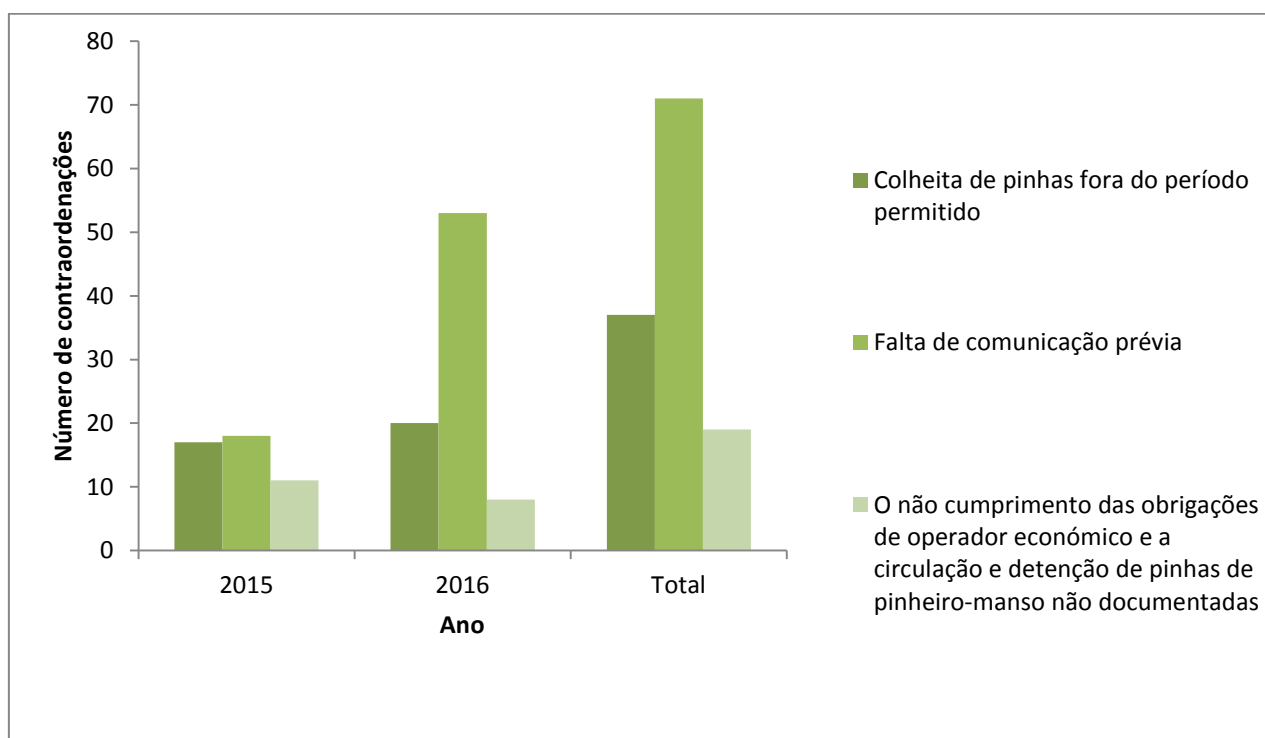
3.5 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

Um dos objetivos deste novo regime legal é o reforço na componente de acompanhamento das atividades desenvolvidas ao longo do circuito económico das pinhas de pinheiro-manso, e sua rastreabilidade, desde a colheita até à entrada em estabelecimento industrial.

Desde a entrada em vigor deste diploma legal registaram-se 133 processos de contraordenação, apresentando-se a sua distribuição na tabela seguinte (Tabela 14).

Tabela 14. Distribuição dos processos de contraordenação por região (DCNF)

| DCNF | N.º de contraordenações |
|--------------|-------------------------|
| Norte | 0 |
| Centro | 34 |
| LVT | 68 |
| Alentejo | 31 |
| Total | 133 |

**Figura 8.** Distribuição anual, dos processos de contraordenação por tipo de infração

Das **133** contraordenações:

- a) **37** correspondem à colheita de pinhas fora do período permitido ou quando não autorizada a título excecional nos termos dos n.º 3 e 4 do Artigo 4.º;
- b) **71** correspondem à falta de comunicação prévia, salvo quando legalmente dispensada;
- c) **19** correspondem ao não cumprimento das obrigações de operador económico e a circulação e detenção de pinhas de pinheiro-mansão não documentadas, em violação do Artigo 7.º.

Dos 133 processos já estão decididos 2 processos de contraordenação correspondentes ao DCNF de Lisboa e Vale do Tejo.

4 NOTAS FINAIS

De acordo com os resultados apresentados anteriormente salienta-se que:

- O início do período de colheita de pinha é determinante para o intensificar da atividade económica do circuito da pinha, como se pode constatar pelo número de declarações de pinha registado no SiP, a partir do mês de dezembro de 2015;
- Antes do período de colheita de pinha as necessidades de matéria-prima da indústria de transformação são asseguradas pelo recurso à importação de pinha, principalmente de França;
- Ao longo do período de colheita de pinha, o número de declarações de pinha registadas no SIP vai sendo gradualmente menor, o que evidencia uma urgência por parte dos proprietários ou gestores na colheita das pinhas, eventualmente por haver receios de furto.
- As atividades associadas ao circuito económico da pinha são de natureza marcadamente sazonal, como se pode comprovar pela distribuição temporal do número de registos no SiP, em que a quase totalidade de registos ocorre um pouco antes ou durante o período autorizado de colheita, sendo quase nula fora daquele período.
- O mecanismo de validação das quantidades de pinha colhidas, quer por parte dos operadores de origem quer de destino, teve pouca adesão, obtendo-se apenas 24% das declarações validadas.

- Este número reduzido de declarações com quantidades de pinha validadas pode ter explicação no facto de não ser uma obrigação legal dos operadores (situação não prevista no Dec.-Lei nº77/2015, de 12 de maio).
- A validação das declarações de pinha por parte dos operadores de origem é menos significativa do que a efetuada pelos operadores de destino para todas as atividades, exceto para atividade de exportação, para cuja atividade esta funcionalidade não está prevista no SiP, não sendo possível a validação das quantidades de pinhas no destino.
- No caso específico da atividade de colheita a validação das declarações de pinha por parte dos operadores de origem, em termos relativos, é cerca de metade da efetuada pelos operadores de destino. Esta realidade pode ser explicada em parte, pelo facto de os proprietários não estarem obrigados a registarem-se no SiP.
- Os países de exportação de pinha mais importantes são a Espanha e Itália.
- O prolongamento do prazo de colheita de pinha em 15 dias (até 15 de abril) permitiu uma colheita adicional superior a 2.200 toneladas de pinha (quantidades declaradas) tendo-se verificado neste período um total de registos de 265 declarações de pinha.
- Verificou-se que as exportações de pinhas excedem as importações referindo-se que as quantidades de pinhas declaradas na atividade de importação são apenas 1,78% das quantidades declaradas na exportação.
- Nas declarações de pinha em que há necessidade de indicação das declarações antecedentes e que serão todas exceto as correspondentes às atividades de colheita ou de importação, verifica-se que para 75% das declarações não existe tal indicação.
- O reduzido número de declarações com quantidades de pinha validadas quer pelos operadores de origem quer pelos operadores de destino (apenas 23% do total) não permite obter informação rigorosa sobre a quantidade de pinha efetivamente comercializada, uma vez as declarações de pinha são efetuadas tendo por base uma estimativa.
- Os resultados apresentados na presente nota informativa estão afetados pela fraca qualidade dos dados de registo, onde, por exemplo, falta muita informação, devido ao não preenchimento de campos de registo, tidos como obrigatórios, numa extensão difícil de quantificar e de recuperação muito difícil ou mesmo impossível.